



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 85ª
(OCTOGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cláudio Abrantes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 84ª Sessão Ordinária;
- Ata da 26ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Eu gostaria de fazer um comunicado aos colegas Deputados que se encontram em seus gabinetes. Ontem, nos Comunicados de Líderes, por um erro, deixamos de avaliar, por não ter passado nas comissões, o Projeto de Lei nº 676, de 2015, que “dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências”.

Esse projeto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, trata da desburocratização. É um projeto que vai fomentar o desenvolvimento, a geração de emprego, porque vai permitir que... É um projeto em convênio com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, do Ministro Afif Domingos. Ele quer fazer um projeto modelo em Brasília e para o resto do Brasil. Isso vai permitir, Deputado Chico Vigilante... Muitas áreas que querem abrir comércio não recebem alvarás porque ainda não têm a regularização fundiária. Ou seja, são áreas que ainda não foram regularizadas, não têm escritura pública.

Com esse novo projeto, que deve virar lei, essas áreas vão poder receber as autorizações para funcionar. Ou seja, novos comércios, novas empresas irão abrir, e as que estão abertas vão ser regularizadas, gerando emprego e renda para a sociedade de Brasília.

Está havendo um esforço entre os Deputados no sentido de que possamos fazer essa votação hoje, porque, no dia 5 agora, segunda-feira, é o Dia Nacional da Pequena e Média Empresa e querem fazer um lançamento em nível nacional, dando Brasília como modelo a ser seguido pelos outros estados.

Quero, então, fazer um apelo aos colegas que estão em seus gabinetes, para que possam vir ao plenário, a fim de que a gente cumpra apenas esse item de pauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar a V.Exa. e a todos os Deputados da Câmara Legislativa que sou membro da CDESCTMAT, e acabamos de apreciar o projeto na comissão. Nós o aprovamos com cinco votos favoráveis, a totalidade dos membros da comissão. Estávamos lá eu, o Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Joe Valle, o Deputado Rodrigo Delmasso e a Deputada Liliane Roriz. Portanto, o projeto está pronto para vir ao plenário e, assim como V.Exa., faço um apelo aos Deputados, para que venham aqui votar.

Na hora de debater o projeto, vou explicar a minha posição em relação a ele. É uma cobrança constante que tenho feito na Casa. V.Exa. é testemunha de que passou da hora de o Governo mandar a LUOS para esta Casa. Queremos que o governo encaminhe a Lei de Uso e Ordenamento do Solo. Ela é fundamental para que a gente coloque o Distrito Federal na legalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Chico Vigilante, sei que V.Exa. tem lutado no sentido de exatamente desburocratizar essa atividade econômica em Brasília, que é muito travada. Existem projetos também de minha autoria sobre o alvará digital, que pretende acabar com toda essa promiscuidade que existe, às vezes, entre empresas e governo. Há exigência de as empresas pedirem um alvará em determinados órgãos do governo, mas, por questões políticas, por questões outras que não cabe aqui detalhar, o pessoal embarreira a concessão desse documento.

Esta é uma oportunidade de darmos um pontapé inicial para resolver tudo isso, não só transformar a nossa cidade numa cidade modelo para os demais estados da federação.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente, é interessante que, na sexta-feira desta semana, o nosso gabinete convocou uma audiência pública a ser realizada neste plenário para tratar justamente das questões de alvarás e desburocratização do setor produtivo. Ficarei extremamente feliz se essa lei for aprovada hoje, e creio que será. Cancelarei a audiência pública de bom grado, visto que ela perderá o seu objeto. Então, tomara que todos cheguem a tempo e que tenhamos *quorum* suficiente para aprovar esse importante projeto de lei para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, e pedir licença para registrar a presença aqui de alunos do curso de Direito do Prof. Will, que trabalhou comigo durante muito tempo, é um grande conhecedor do Direito, um grande colega. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa, estudantes do curso de Direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Também em nome dos colegas aqui, Deputado Cláudio Abrantes, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Vigilante, queremos agradecer a presença de vocês. É importante o acompanhamento do processo legislativo. Sempre que a galeria está cheia, para os Deputados isso é motivo de satisfação, principalmente por terem os presentes a oportunidade de conhecer um pouco da nossa atividade.

Portanto, estamos aguardando. Já houve entendimento com o Líder, Deputado Wellington Luiz, com o Deputado Chico Vigilante, com o Deputado Prof. Israel. Já tivemos a discussão, e precisamos interromper esta sessão para fazer a reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com a presença também do nosso Líder do Governo, Deputado Julio Cesar e do Deputado Rafael Prudente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

que já se comprometeram a vir a este plenário, e do Deputado Wasny de Roure, que concordou.

Ainda estamos de ressaca em virtude de tanta votação no dia de ontem. Foi um dia extremamente produtivo. Votamos, das 9h às 19h, projetos importantes para o funcionalismo público. Estamos esperando para complementar a nossa votação, Deputado Cláudio Abrantes, desse projeto voltado para o setor produtivo, que beneficiará quem gera emprego e renda em Brasília.

Antes de suspender a sessão, quero fazer uma retificação. Esta Presidência retifica a Leitura do Expediente. Na 81ª Sessão Ordinária, de 22 de setembro de 2015, em vez de 64 indicações e 1 requerimento, de autoria da Deputada Celina Leão, considerem-se lidos 63 indicações e 2 requerimentos, de autoria da Deputada Celina Leão. Na 83ª Sessão Ordinária, de 24 de setembro de 2015, onde foi lido "Mensagem do Governador nº 222, de 2015", leia-se "Mensagem do Governador nº 226, de 2015".

Portanto, fica a sessão suspensa por 10 minutos, aguardando a chegada dos demais Deputados para continuarmos nosso trabalho. Lembro que o único item de pauta acordado para votação é exatamente o Projeto de Lei nº 676, que trata da desburocratização.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h44min, a sessão é reaberta às 15h52min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está reaberta a sessão.

Há número regimental para início dos trabalhos.

Eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Juarezão que, por estar acompanhando o seu filho Juarez Júnior a uma unidade hospitalar, não poderá comparecer hoje à nossa sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa, quero saudar os alunos da faculdade de Direito que estão aqui assistindo a esta sessão ordinária, estão nos acompanhando.

Quero usar a tribuna hoje, Sr. Presidente, para falar de um projeto de extrema importância que acabou de ser aprovado na Comissão de Desenvolvimento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o Projeto de Lei nº 676, de 2015. Esse projeto, de autoria do Poder Executivo, vem ao encontro daquilo que a sociedade, a comunidade e principalmente o setor produtivo têm clamado quanto ao posicionamento que esta Casa e o Governo do Distrito Federal venham a tomar no sentido de valorizar esse setor.

Esse projeto vem desburocratizar a emissão das licenças de funcionamento, bem como as suas localizações, tendo como base, Deputado Agaciel Maia, o possível encaminhamento da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Isso é um anseio antigo do setor produtivo, que muitas vezes é penalizado pela fiscalização e pela própria letargia do Estado. O setor produtivo era penalizado porque o Estado não dava suas licenças de funcionamento e, muitas das vezes, os micro e pequenos empresários eram surpreendidos em suas portas com ações de fiscalização para multa, fechamento e muitas vezes, Deputado Julio Cesar, até mesmo derrubada desses empreendimentos.

Então, estou aqui usando esta tribuna, primeiro, para parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, na pessoa do Secretário de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Arthur Bernardes, por ter a coragem de enfrentar esse problema, de trazer a solução do problema aqui para esta Casa. Também parabenizo o Ministro Afif Domingos, que brilhantemente vem fazendo um trabalho de conscientização da desburocratização em todo o País. Esse é um dos primeiros projetos de pauta positiva que o Governador encaminha a esta Casa. Parabenizo por essa sensibilidade.

Com isso, obviamente, nós clamamos também para que o Governo do Distrito Federal possa avançar na regularização fundiária dos condomínios e das áreas que já têm projetos, que já estão previstas no PDOT e já têm processos de regularização em andamento na Terracap. Esses processos também vão gerar um incremento na arrecadação do Distrito Federal justamente com a venda dos terrenos.

Nesse rumo da legalização, mais uma vez, quero pedir ao governo que encaminhe a esta Casa o complemento da Lei Complementar nº 806, de 2009, que regulariza os templos religiosos e as atividades sociais e de uso institucional. Isso também vai contribuir muito para a arrecadação aos cofres do GDF e para que nós saíamos da informalidade e da ilegalidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, V.Exa. fala dessa proposta que foi encaminhada pela Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Na realidade, nós temos que ser justos. De fato, foi encaminhado pelo Ministro Afif Domingos, isso é um programa do Governo Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Essa iniciativa é do Governo Federal. Naturalmente aquilo que é possível ser desenvolvido tem que ser feito em parceria com os estados.

Acho que nós temos que tratar não apenas dessa questão da simplificação, mas temos que nos aprofundar na revisão do Pró-DF, outra matéria sensível na cidade. Mesmo porque há um contencioso muito grande com processos não resolvidos, e o secretário tem demonstrado preocupação em resolvê-los. Eu queria até, aproveitando a presença dele aqui, cumprimentá-lo. Eu tenho acompanhado um pouco essa temática, o esforço que a secretaria vem fazendo e a transparência que ela tem proposto numa área tão sensível, que foi alvo de vários e vários escândalos no Distrito Federal.

Recentemente, a secretaria foi transferida de lugar numa tentativa de dar economicidade aos seus dispêndios e ao custeio da máquina. Não sei como está sendo esse processo da conjugação de outras secretarias, das fusões que o governo pretende fazer, mas eu creio que a atual gestão vem demonstrando uma estabilidade e um diálogo.

Inclusive, eu quero aqui registrar que, no último sábado, o Subsecretário Chicão, uma pessoa bem popular, principalmente no setor dos pequenos empreendimentos, esteve conosco na cidade do Recanto das Emas, reunido com alguns empresários, dando, assim, demonstração de um grande interesse em evoluir.

V.Exa. foi muito preciso em sua fala. Este projeto vem dar para Brasília um horizonte de solução numa área extremamente sensível, que é a geração de emprego e renda na cidade. Parabéns por falar sobre esse tema, que me parece será abordado no momento de votação.

Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Para concluir a minha fala, quero mais uma vez pedir ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que leve à equipe de governo este clamor, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para que as áreas que estão em processo de regularização possam avançar. Existem diversos condomínios, existem diversas áreas que precisam de regularização. Eu acredito que qualquer atividade de fiscalização deve ser precedida da regularização.

Eu quero aqui pedir ao Líder do Governo que leve isso à equipe de governo, ao Presidente da Terracap, ao secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação, para que possam agilizar a regularização das áreas que estão irregulares e que já são passíveis de regularização com base no PDOT. Que isso possa ser agilizado ainda este ano para que, no ano que vem... Essas famílias, muitas vezes, escutam uma possível ação da agência de fiscalização e ficam temerosas, mesmo sabendo que estão em áreas passíveis de regularização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Também peço que encaminhem a esta Casa os processos para a conclusão da regularização dos templos religiosos e entidades sociais, para que eles possam ter paz para desenvolver os seus trabalhos. É inegável o trabalho de resgate que uma entidade social faz, muitas vezes, da juventude; o trabalho que os templos religiosos fazem justamente na aglomeração e no resgate da família. E eles precisam ter sossego para executarem seus trabalhos no dia a dia.

Eu gostaria de pedir, urgentemente, que esses projetos viessem para a Casa e fossem tratados com prioridade, porque existem diversos projetos. Eu recebi uma planilha da Terracap, há diversos projetos prontos para tratar dessa regularização, só falta, talvez, uma decisão do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano – Conplan, um encaminhamento da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH.

Eu gostaria aqui de pedir, em nome da população do Distrito Federal, que isso seja levado em consideração e que possamos desburocratizar a regularização fundiária no Distrito Federal, da mesma forma que se deu a desburocratização da liberação da licença de funcionamento para os empreendimentos no Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer duas solicitações. A primeira é que fosse incluído, como extrapauta, o Item nº 118, para que pudéssemos votá-lo hoje. Ontem, ele foi votado em primeiro turno, e eu gostaria de submetê-lo à votação em segundo turno hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria da Mesa que inclua o projeto de V.Exa. na Ordem do Dia para votação em segundo turno.

DEPUTADO JULIO CESAR – O segundo pedido é que, como já temos três membros aqui da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pudéssemos suspender a sessão para fazermos a nossa reunião da comissão, a fim de justamente tratarmos desse Projeto de Lei nº 676, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado, só um instante. Apenas para eu saber se esse processo já se encontra aqui.

Eu indago à Secretaria se o processo que estava na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo já chegou aqui para podermos suspender a sessão e reunir a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para avaliarmos o projeto e, em seguida, ele ser submetido ao Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

O processo já chegou. Peço a compreensão do Deputado Chico Vigilante.

Convido o Deputado Wasny de Roure, membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças...

Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, a sessão será suspensa para reunirmos a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e fazermos a avaliação e aprovação do Projeto de Lei nº 676, para que ele fique pronto para ser submetido ao Plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h4min, a sessão é reaberta às 16h24min.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Consulto os Líderes se podemos inverter a ordem das falas nos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, para votarmos o projeto inicialmente, por causa do *quorum*.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar exatamente isso, dada a importância do PL nº 676, que é uma necessidade de todos, empresários, microempresários, e dado o *quorum*, para que não se perca essa oportunidade de colocá-lo em votação. Que os nobres Parlamentares possam abrir mão de suas falas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Pelo bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade, há acordo, Sra. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não estamos abrindo mão da fala. Nós estamos decidindo votar o projeto. Em seguida, V.Exa. retoma a sessão normal, e nós vamos falar. Da fala eu não abro mão em hipótese nenhuma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. É esse o entendimento, porque eu acho que muitos Parlamentares querem fazer uso da palavra.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – É só isso. É para concordar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Como só tem um projeto no acordo do Colégio de Líderes, será muito rápido.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, corrigindo: é só invertendo, não abrindo mão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado, nós vamos inverter. Acato a solicitação de V.Exa., inverto a ordem. Dou por encerrados os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Convido o Deputado Julio Cesar a secretariar os trabalhos da Mesa.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 116, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos à leitura do primeiro item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 676, de 2015, de autoria do Poder Executivo. que “dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Aprovado parecer favorável na CEOF na forma das emendas apresentadas. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre as emendas nºs 7, 8 e 9.

Solicito ao relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Rodrigo Delmasso, que profira parecer sobre as emendas nºs 7, 8 e 9, que foram apresentadas em plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 676, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências”.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo foi instada a apresentar relatório referente às emendas apresentadas pelo Deputado Wasny de Roure de nºs 7, 8 e 9.

A Emenda nº 7 dá ao parágrafo único do artigo 48 a seguinte redação:

“§ 3º. O período de aplicação da penalidade de interdição deve ser objeto de termo específico, nos termos de regulamento, expedida pelos agentes dos órgãos ou entidades do Distrito Federal responsáveis pela fiscalização, e deve ser adequada ao cumprimento das respectivas obrigações exigidas.”

Segundo justificção do autor, a emenda visa corrigir a numeração do parágrafo.

A Emenda nº 8 dá ao parágrafo 10 do artigo 52 a seguinte redação:

“§ 9º. As mercadorias e os equipamentos apreendidos e não devolvidos nos termos desta Lei são incorporados ao patrimônio do Distrito Federal, doados ou vendidos a critério do Poder Executivo, em ação motivada”.

A justificção do autor é a mesma da emenda anterior.

A Emenda nº 9 dá ao parágrafo 11 do artigo 52 a seguinte redação:

“§ 10. Nos casos em que seja impraticável a lavratura imediata do auto de apreensão, deve ser lavrado o termo de retenção de volumes.”

A justificativa do autor também é idêntica às das duas emendas anteriores.

Com base no artigo 69b do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo é instada a dar o parecer sobre o mérito das referidas emendas. Tendo em vista que as emendas visam somente readequar a numeração dos parágrafos dos artigos citados do Projeto de Lei nº 676, de 2015, que “dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências”, nós somos favoráveis ao acatamento da Emendas nºs 7, 8 e 9.

É o relatório, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer às Emendas nºs 7, 8 e 9 está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas nºs 7, 8 e 9.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há entendimento dos Líderes para o acolhimento dessas emendas?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Há acordo.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria que a assessoria... Eu precisava do projeto para...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero só retificar, Deputado Chico Leite. O parecer que V.Exa. vai emitir pela Comissão de Constituição e Justiça é sobre as Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 676, de 2015, que, na verdade, já passou pelas comissões, mas volta à Comissão de Constituição e Justiça para o debate relacionado às Emendas nºs 4, 5 e 6, apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e às Emendas nºs 7, 8 e 9, apresentadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

O projeto já passou pelo debate. É um projeto que traz novidades no terreno da regularização. O que mais nós precisamos hoje é de dar um fôlego ao setor produtivo, regularizar, fazer essa economia ficar visível, regular, legal. Todos ganham com isso, gerando emprego e renda. Estamos num momento de recessão. É claro que, no plano da Comissão de Constituição e Justiça – e, ainda ontem, eu fiz essa observação ao Deputado Raimundo Ribeiro –, há algumas novidades, como essa declaração sob as penas da lei substituindo uma série de documentos. Outrora já se utilizaram alvarás provisórios, alvarás precários, alvarás transitórios. De maneira que há novidades.

Mas eu conversei com o Secretário Arthur, e ele disse a mim e aos colegas que o projeto passou antes por um debate com o Ministério Público, de sorte a que se acolhessem as novidades sem sustos quanto à inconstitucionalidade dos dispositivos que estamos avaliando. Até pelo entendimento dos Líderes, notei que a Casa está dando uma contribuição ao setor produtivo e uma oportunidade ao governo de melhorar as condições para o setor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Estimo um bom trabalho ao Poder Executivo e me manifesto pela admissibilidade das Emendas nºs 4, 5 e 6, da CDESCTMAT, e 7, 8 e 9, da CEOF, já que o secretário, representando o Poder Executivo, garante que todo esse debate passou antes pelo Ministério Público.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 676, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fomos chamados para uma reunião, na Presidência desta Casa, com o Ministro Afif Domingos. O Ministro tem a expectativa de que aprovemos este projeto, porque S.Exa. pretende, no próximo dia 5, o Dia da Micro e Pequena Empresa, fazer o lançamento de um projeto piloto no Distrito Federal. Já naquela oportunidade, falei para o Ministro, e vou repetir aqui, que tenho muita expectativa com relação a esse projeto, mas que eu também espero que esse projeto não venha, mais uma vez, trazer uma frustração para o setor produtivo.

Tenho dito, Sra. Presidente, que há uma questão fundamental: o Governo do Distrito Federal precisa assumir e ter a coragem de mandar urgentemente a LUOS para esta Casa. Enquanto não aprovarmos a LUOS, determinando o uso e ocupação do solo no Distrito Federal, pouca coisa vai se resolver. Mesmo o Ministério Público tendo sido ouvido no caso deste projeto, eles vão questionar, porque a maioria das áreas do Distrito Federal é ilegal, não está destinada para atividades econômicas, o que é uma lástima.

Tenho dito que o setor produtivo do Distrito Federal é formado hoje por homens e mulheres verdadeiros guerreiros, que teimam em investir em uma cidade proibida. A verdade é essa. Porque, mesmo depois de 52 anos, persiste no Distrito Federal aquela velha visão de cidade administrativa. E ela não é mais uma cidade administrativa. Ela precisa, cada vez mais, ser uma unidade da federação com vontade própria, que gera empregos e que tenha efetivamente um setor ativo. É preciso que tenhamos um banco de fomento, porque o BRB se transformou em um banco qualquer, não é um banco de fomento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Portanto, a minha expectativa é que esta lei não vai resolver o problema do setor produtivo. Faço um apelo, mais uma vez, para que o Governo do Distrito Federal mande urgentemente a LUOS, a fim de que a gente possa apreciá-la e votá-la nesta Casa.

Portanto, é um apelo que faço ao Governo do Distrito Federal: mande a LUOS! A LUOS é a solução para desburocratizar o Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, quero aqui dizer a V.Exa. que não foi por falta de cobrança, não. Nós mandamos nove requerimentos cobrando essa parte da LUOS, pedindo explicações, fizemos reuniões lá e até hoje não chegou à Casa. Então, não é por falta da Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, não. Isso aí realmente é competência do governo. Falta de cobrança, não é, não. Estamos quase todos os dias lá, eu e minha equipe.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, o grande mérito desse projeto, no meu entendimento, é a tentativa, de um lado, de simplificar e, de outro lado, de superar essa vinculação das autorizações de funcionamento de uma atividade econômica com a situação fundiária da unidade imobiliária onde existe. Mas o projeto estabelece um conceito, que é viabilidade de localização, além da licença de funcionamento, que é antecedida pela viabilidade de localização.

No art. 10, no meu modo de entender, há um ingrediente extremamente esclarecedor e positivo, que reconhece a viabilidade de localização a ser concedida para as atividades econômicas e auxiliares que pretendam ser exercidas em local situado nas áreas. Aí, Deputada, ela cita Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE, Área de Regularização de Interesse Social – ARIS e o Parcelamento Urbano Isolado – PUI, que são essas áreas de pequena escala de ocupação em verdadeiro espaço rural, mas que constituem um vilarejo ou uma unidade urbana específica que não permite um lastro da ocupação urbana, tipo Granja Modelo ali, entre o Riacho Fundo I e o Riacho Fundo II, onde a regularização deverá ser caracterizada como um PUI.

Sra. Presidente, para encerrar, esse projeto, como muito bem disseram aqui os colegas que me antecederam, sobre a vinculação de uma situação mais permanente não foge da necessidade. Tem que ser enfatizado que isso não pode ser um elemento procrastinador na política de regularização fundiária adotada pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 09 2015	15h30min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

governo. O governo não pode se sentir acomodado. Não pode ficar em segunda escala esse processo das regularizações, porque ele traz efeitos muito maiores do que simplesmente o processo da própria atividade econômica.

Como muito bem disse o Deputado Chico Vigilante, o encaminhamento da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS hoje é fundamental e é, inclusive, um dos pontos de estrangulamento no processo de ocupação urbana no Distrito Federal.

Eram essas as minhas considerações. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após a sessão ordinária, para discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 676, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as autorizações para localização das atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h46min.)